TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL (TCDF)
 CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO
 DE AUDITOR
 EDITAL N.º 12/2002 – TCDF-3, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2002

O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), tendo em vista o subitem 3.1 do Edital n.º 11/2002 – TCDF-3, de 7 de novembro de 2002, publicado no *Diário Oficial do Distrito Federal* de 8 de novembro de 2002, torna públicos o **resultado final na prova oral** e a **convocação para a avaliação de títulos** dos candidatos ao cargo de Auditor do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF).

1 Resultado final na prova oral e convocação para a avaliação de títulos, na seguinte ordem: número de inscrição, nome do candidato em ordem alfabética, nota final na disciplina de Direito Constitucional, nota final na disciplina de Direito Administrativo, nota final na disciplina de Direito Financeiro, nota final na disciplina de Contabilidade, nota final na disciplina de Economia, nota final na disciplina de Administração, nota final na disciplina de Direito Civil, nota final na disciplina de Direito Penal, nota final na disciplina de Direito Comercial e nota final na prova oral.

20510801, Andre Luis de Carvalho, 95.00, 95.00, 90.00, 100.00, 100.00, 100.00, 90.00, 100.00, 95.00, 96.07 / 60500147, Eduardo de Sousa Lemos, 70.00, 90.00, 80.00, 80.00, 55.00, 65.00, 75.00, 75.00, 70.00, 74.29 / 60500042, Francisco Solano Ulhoa Botelho, 90.00, 90.00, 70.00, 40.00, 60.00, 85.00, 20.00, 65.00, 30.00, 65.18 / 60500151, Gilsomar Silva Barbalho, 70.00, 65.00, 50.00, 85.00, 75.00, 65.00, 60.00, 95.00, 85.00, 70.71 / 60500016, Guilherme Torquato de Figueiredo Valente, 95.00, 90.00, 85.00, 100.00, 90.00, 90.00, 75.00, 85.00, 90.00, 90.00 / 20500069, Inacio Magalhaes Filho, 90.00, 100.00, 100.00, 90.00, 60.00, 85.00, 85.00, 85.00, 95.00, 88.75 / 60500099, Jorge Luiz Pessoa Faria, 90.00, 90.00, 90.00, 65.00, 55.00, 70.00, 70.00, 100.00, 95.00, 80.18 / 60500007, Luiz Roberto Pereira Bacelette, 100.00, 100.00, 100.00, 95.00, 100.00, 90.00, 90.00, 100.00, 95.00, 97.14 / 60500052, Marcia de Fatima Bastos Brandao Costa, 80.00, 85.00, 80.00, 55.00, 50.00, 70.00, 55.00, 85.00, 90.00, 72.14 / 60500085, Otassio Kazuo Yokoyama, 70.00, 55.00, 55.00, 60.00, 70.00, 70.00, 65.00, 90.00, 85.00, 66.43 / 60500050, Regis Goncalves Leite, 70.00, 70.00, 55.00, 85.00, 75.00, 70.00, 70.00, 100.00, 95.00, 74.46.

1.1 Resultado final na prova oral e convocação para a avaliação de títulos, do candidato que se declarou **portador de deficiência**, na seguinte ordem: número de inscrição, nome do candidato, nota final na disciplina de Direito Constitucional, nota final na disciplina de Direito Administrativo, nota final na disciplina de Direito Financeiro, nota final na disciplina de Contabilidade, nota final na disciplina de Economia, nota final na disciplina de Administração, nota final na disciplina de Direito Civil, nota final na disciplina de Direito Penal, nota final na disciplina de Direito Comercial e nota final na prova oral.

60500151, Gilsomar Silva Barbalho, 70.00, 65.00, 50.00, 85.00, 75.00, 65.00, 60.00, 95.00, 85.00, 70.71.

2 DA AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

2.1 Os candidatos convocados para a avaliação de títulos disporão dos dias **02 e 03 de dezembro de 2002**, para entrega de seus títulos, no horário das 9 horas às 16 horas, ininterrupto, no seguinte endereço: Gerência de Atendimento ao Candidato – *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala norte, mezanino, Asa Norte, Brasília/DF.

2.2 A avaliação de títulos, de caráter apenas classificatório, valerá 40 pontos.

2.3 Somente serão aceitos os títulos abaixo relacionados, observados os limites de pontos do quadro a seguir.

QUADRO DE ATRIBUIÇÃO DE PONTOS PARA A AVALIAÇÃO DE TÍTULOS		
TÍTULO	VALOR UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO
a) Diploma universitário, devidamente registrado, de curso de graduação com duração mínima de 3 (três) anos.	2,00	4,00

b) Diploma ou certificado, devidamente registrado, de curso de especialização em nível de pós-graduação "lato sensu", com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, nas áreas de Direito, de Economia, de Administração ou de Contabilidade.	1,25	2,50
c) Diploma universitário, devidamente registrado, de curso de pós-graduação "strictu sensu", em nível de mestrado, nas áreas de Direito, de Economia, de Administração ou de Contabilidade.	3,00	6,00
d) Diploma universitário, devidamente registrado, de curso de pós-graduação "strictu sensu", em nível de doutorado, nas áreas de Direito, de Economia, de Administração ou de Contabilidade.	4,00	8,00
e) Livro de reconhecido valor científico para o Direito, a Economia, a Administração ou a Contabilidade, de autoria exclusiva, com, no mínimo, 100 (cem) páginas numeradas.	1,25	2,50
f) Artigo técnico, de autoria exclusiva, de reconhecido valor científico para o Direito, a Economia, a Administração ou a Contabilidade, veiculado em publicação especializada.	0,2	1,00
g) Efetivo exercício, em órgão ou entidade da Administração Pública federal, estadual, distrital ou municipal, de cargo ou função técnica privativa de Bacharel em Direito, em Economia, em Administração ou em Contabilidade.	0,125 por semestre	5,00
h) Efetivo exercício, por mais de 10 (dez) anos, de cargo da Carreira de Controle Externo do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Tribunal de Contas do Distrito Federal.	4,00	4,00
i) Efetivo exercício de magistério superior nas áreas de Direito, de Economia, de Administração ou de Contabilidade em instituição de ensino superior oficial ou reconhecida	0,10 por semestre	4,00
j) Aprovação em concurso público para cargos privativos de Bacharel em Direito, em Economia, em Administração ou em Contabilidade.	0,20	0,80
k) Participação como membro de banca examinadora de concurso público para cargos privativos de Bacharel em Direito, em Economia, em Administração ou em Contabilidade.	0,55	2,20
TOTAL		40

2.4 Receberá nota zero o candidato que não entregar os títulos na forma, no prazo e no local divulgados no subitem 2.1 deste edital.

2.4.1 Não serão aceitos títulos encaminhados via postal, via *fax* e/ou via correio eletrônico.

2.5 No ato de entrega de títulos, o candidato deverá preencher e assinar relação, de acordo com o modelo a ser fornecido pelo CESPE, na qual indicará a quantidade de títulos apresentados. Juntamente com esta relação deve ser apresentada uma cópia, autenticada em cartório, de cada título declarado. As cópias apresentadas não serão devolvidas em hipótese alguma.

- 2.5.1 Não serão consideradas, para efeito de pontuação, as cópias não-autenticadas em cartório.
- 2.5.2 Em caso de livro técnico publicado, serão aceitas cópias autenticadas da primeira e da última página do original.
- 2.6 A comprovação de tempo de serviço deverá ser feita da forma descrita a seguir:
- a) mediante apresentação de cópia de Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS acrescida de declaração do órgão ou empresa, ou, no caso de servidor público, certidão de tempo de serviço, em que constem claramente que o serviço prestado pelo candidato atende aos requisitos para o exercício do cargo ao qual concorre.
- b) para comprovação de experiência profissional no exterior, mediante apresentação de cópia de declaração do órgão ou empresa ou, no caso de servidor público, de certidão de tempo de serviço, em que constem claramente que o serviço prestado pelo candidato atende aos requisitos para o exercício do cargo ao qual concorre. Esses documentos somente serão considerados quando traduzidos para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado.
- c) em caso de tempo de serviço prestado como autônomo, a comprovação deverá ser efetuada por meio de apresentação de contrato e/ou de Recibo de Pagamento de Autônomo (RPA) comprobatório(s) de prestação de serviço no exercício da profissão requerida.
- 2.6.1 Todo documento apresentado para fins de comprovação de tempo de serviço deverá ser emitido pelo setor de pessoal competente e conter o período de início e de término do trabalho realizado. Não havendo setor de pessoal, deverá ser especificado na declaração/certidão o órgão e/ou o setor competente.
- 2.6.2 Não será computado, como experiência profissional, o tempo de estágio, monitoria ou de bolsa de estudo.
- 2.7 Os diplomas e/ou os certificados de conclusão de cursos de pós-graduação em nível de especialização deverão conter a carga horária, sob pena de serem desconsiderados.
- 2.7.1 Os comprovantes de conclusão de cursos deverão ser expedidos por instituição oficial ou reconhecida pelo Ministério da Educação.
- 2.7.2 Os diplomas de conclusão de cursos, expedidos em língua estrangeira, somente serão considerados quando traduzidos para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado.
- 2.8 A comprovação de aprovação em concurso público deverá ser feita por meio de apresentação de certidão expedida pelo setor de pessoal, ou equivalente, do órgão respectivo, e por meio de cópia do *Diário Oficial* autenticada pela imprensa oficial correspondente, especificando o concurso e o cargo para o qual o candidato foi aprovado.
- 2.8.1 Não será considerado concurso público, para os fins do presente edital, a seleção de que conste apenas avaliação de títulos e/ou de currículo e/ou prova prática.
- 2.9 A comprovação de publicação de trabalhos científicos deverá ser efetuada mediante a apresentação de exemplar (original ou cópia de boa qualidade, com autenticação em cartório das páginas em que conste a autoria). Em todos os casos, é importante que conste claramente o nome do candidato.
- 2.9.1 Trabalhos/livros publicados sem o nome do candidato deverão ser acompanhados de documento, emitido pelo editor ou dirigente do órgão editor, atestando a autoria.
- 2.9.2 Dissertações/teses de mestrado e de doutorado não serão consideradas como trabalhos publicados para efeito de contagem de pontos.
- 2.9.3 A experiência em administração acadêmica e em extensão deverá ser comprovada mediante apresentação de portarias, declarações e certificados expedidos pela instituição.
- 2.10 Somente são aceitos títulos expedidos até o término do período fixado para entrega da documentação para avaliação de títulos.
- 2.11 Cada título é considerado uma única vez.
- 2.12 Os pontos que excedem o valor máximo fixado no Quadro de Atribuição de Pontos para a Avaliação de Títulos constante do subitem 2.3 deste edital são desconsiderados.
- 2.13 Os pontos relativos a tempo de experiência profissional são conferidos por semestre, desprezando-se frações inferiores a seis meses completos.

2.14 A pontuação referente a diplomas de cursos universitários de pós-graduação em nível de especialização, de mestrado e de doutorado somente é conferida após verificação de aproveitamento nos cursos a que se referem, inclusive quanto à apresentação de monografia, dissertação ou tese.

3 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 As respostas aos recursos interpostos contra o resultado provisório na prova oral estarão à disposição dos candidatos, nos dias **27, 28 e 29 de novembro de 2002**, no horário das 9 horas às 16 horas, ininterrupto, no mesmo local em que cada recurso foi entregue.

3.2 O resultado provisório na avaliação de títulos será publicado no *Diário Oficial do Distrito Federal*, afixado nos quadros de avisos do CESPE, *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, Instituto Central de Ciências (ICC), ala norte, subsolo, Asa Norte, Brasília/DF, e divulgado na Internet, no endereço eletrônico <http://www.cespe.unb.br>, na data provável de **11 de dezembro de 2002**.

MARLI VINHADELI
Presidente do TCDF

ROMILDA GUIMARÃES MACARINI
Diretora-Geral do CESPE/UnB